

○ movimento dos idosos: um novo movimento social?

Maria Alice Nelli Machado

RESUMO: Apresentamos neste artigo a síntese da dissertação de mestrado *O movimento dos idosos, um novo movimento social?*, na qual analisamos as várias formas de participação e organização dos idosos, com ênfase nas Associações de Aposentados e no Grande Conselho Municipal dos Idosos de São Paulo. Buscamos compreender as diferenças da prática política desses grupos e o por que não integram suas lutas, permanecendo separados e com resistência a se unificarem.

Palavras-chave: movimento dos idosos; movimento social; prática política.

ABSTRACT: *This article presents a summary of the Master's thesis O movimento dos idosos: um novo movimento social? (The elders' movement: a new social movement?), in which the several forms of participation and organization of the elderly are analyzed, highlighting the Associations of Retired People and the Great Municipal Council of the Elderly in São Paulo. The aim is to understand the differences of the political practice of these groups and the reason why they do not unite their struggles, remaining separated and resisting against unification.*

Keywords: *elders' movement; social movement; political practice.*

Agradeço o convite para participar da Semana de Gerontologia. Para mim, é uma grande alegria voltar ao programa do qual fui aluna e rever professores e colegas que contribuíram muito para minha formação nesse campo do saber.

Foi-me proposto que apresentasse minha dissertação de mestrado defendida neste programa em abril de 2002, pois a temática abordada

refere-se à organização social dos idosos, questão diretamente relacionada ao conteúdo dessa semana: “O direito a ter voz”.

Muitos dos dados demográficos, dos movimentos sociais e da formulação das políticas públicas a serem apresentados estão datados e hoje bastante modificados, mas, ao final, procurarei apresentar informações mais atualizadas sobre o movimento social dos idosos e as políticas públicas para o segmento.

O tema da dissertação, *O movimento social dos idosos: um novo movimento social?*, trata justamente da participação dos idosos e de suas várias formas de organização e representação.

Iniciei a pesquisa orientada pela professora Suzana Rocha Medeiros, tendo como uma das referências teóricas o trabalho de Simone de Beauvoir, que situa o envelhecimento numa perspectiva cultural e de classe social, além da biológica. Em seu magnífico estudo sobre a velhice, ela denuncia como a sociedade se recusa a enfrentar o fenômeno do envelhecimento. Com atitude de negação da velhice e com práticas de abandono e desrespeito, solapa os papéis sociais antes atribuídos aos idosos pelo mundo do trabalho. Para a sociedade moderna, a velhice aparece como algo sobre o qual não se deve falar, como se o fato de ignorar os velhos fizesse com que a velhice não existisse. A esse descaso da sociedade Beauvoir chama de “conspiração do silêncio”.

Essa pesquisa, como tantas outras deste programa, procura dar voz a esse segmento tão relegado e desqualificado em nossa sociedade.

Nosso trabalho refere-se, basicamente, ao tema da participação. Participação social e política do segmento idoso que busca, por meio das ações políticas, encontrar respostas do Estado e da sociedade civil às suas principais reivindicações. Participação dos idosos nas associações e nos movimentos sociais dos idosos, nos fóruns e no Conselho Municipal do Idoso da cidade de São Paulo.

O envelhecimento é um fenômeno complexo, que provoca alterações físicas, emocionais sociais e culturais na vida das pessoas. Por isso não comporta generalizações. Não se pode falar de uma velhice, mas de processos diferenciados de envelhecimento.

A partir de certo número de anos, alterações significativas vão se impondo às pessoas, provocando redução de atividades, perda de capa-

idades e mudanças na maneira de se relacionar com o mundo. Há, efetivamente, sob o ponto de vista biológico, transformações importantes, mas não se pode reduzir a compreensão da velhice ao fenômeno físico, sob pena de não tratar esse fenômeno em sua totalidade. A velhice tem que ser compreendida também da perspectiva social, política, cultural.

A forma como se vive a velhice é determinada pelas condições objetivas da vida. É na situação de classe que se verifica a marcante diferença entre as maneiras como se dá o envelhecimento, ou seja, em cada classe social esse processo assume características diferentes. O passar do tempo e suas conseqüências ligam-se diretamente às condições de vida historicamente dadas.

Para os idosos das classes populares o envelhecimento é um processo penoso sob o ponto de vista material, pois, além dos limites e dificuldades próprios desse momento da vida, encontram-se desamparados pela falta de políticas públicas de assistência e proteção social. No Brasil, os idosos são penalizados, não só pela redução de suas pensões, como também pelos cortes impostos aos programas sociais.

A participação popular tem sido no Brasil uma das formas pelas quais grupos da sociedade civil explicitam ao Estado e a vários setores sociais suas necessidades e reivindicações, tornando claro o seu desejo de interferir nas políticas, manifestando ao poder público, aos órgãos e instituições sociais suas necessidades e propostas.

Surgem então novos sujeitos sociais que, de uma maneira inovadora, com formas organizativas peculiares e próprias passam a interpelar o Estado e expressar as demandas sociais geradas pelas condições de vida dos indivíduos, responsabilizando-o pela garantia dos direitos sociais. É pelo exercício da política que os idosos poderão dar visibilidade às dificuldades impostas pela sua condição de classe, para sobreviver nesse momento de suas vidas, em que têm necessidade de uma atenção especial.

A nossa experiência profissional, nos últimos treze anos, teve como eixo o trabalho com idosos em seus espaços de organização e participação, a saber: grupos de convivência, fóruns de representação regional e municipal e o Conselho Municipal do Idoso da cidade de São Paulo.

À medida que fomos nos envolvendo com esse trabalho, percebemos que grande parte da população idosa vive em precárias condições de vida, com grandes dificuldades para sobreviver dignamente.

Os dados demográficos do IBGE, segundo a PNAD de 1999, apontam que, do contingente populacional com mais de 60 anos, que soma 14,5 milhões de pessoas, representando 9,1% da população total, 12,2% dos idosos vive com menos de meio salário mínimo per capita mensal e 28,1%, entre meio e um salário mínimo. É possível estimar que 40,3% dos idosos encontre muita dificuldade para viver. Apesar disso, poucos se interessam em se organizar para pressionar o poder público a implementar políticas sociais de atenção à velhice.

Quando questionados a respeito do desinteresse por tornar visível ao Estado e à sociedade, por meio de ações políticas, a sua situação de abandono e carência, dizem prontamente que não acreditam que as coisas possam mudar e que em nosso país não adianta falar porque os pobres e sem poder não são ouvidos.

Optam então por atividades de convivência social, práticas culturais e de lazer, buscando formas de viver os anos que lhes restam com mais alegria e companheirismo.

Contudo, há na cidade idosos que participam dos fóruns e do Conselho Municipal do Idoso, numa perspectiva de tornar esses canais de participação espaço privilegiado de interlocução com o poder público e as forças sociais da cidade.

Verificamos que esses idosos encontravam muita dificuldade para conseguir a expansão do seu movimento, contando sempre com um grupo reduzido de participantes, e, mais que isso, tinham pouca experiência de participação e luta política, não conseguindo dar às suas ações a relevância e a repercussão necessária para transformar o fenômeno do envelhecimento em uma questão social.

Além disso, havia as Associações de Aposentados e Pensionistas, que participou ativamente da Constituinte, mantendo sempre em Brasília um grupo de pressão junto ao Congresso e com isso conseguido algumas vitórias para o segmento, tendo também estado presente nas discussões que redundaram na formulação da Política Nacional do Idoso e na luta pelos 147%.

Esses grupos tinham como principal objetivo a defesa e extensão dos direitos previdenciários dos aposentados e pensionistas, adotando uma política voltada apenas para seus associados, não se preocupando com questões mais gerais do envelhecimento que envolviam todos os idosos do país. Em sua prática organizativa, não havia lugar para discutir ou encampar as questões defendidas pelos movimentos dos idosos e não participavam desses movimentos alegando que eles eram despolitizados, que se preocupavam com questões menores e eram mantidos pelo governo.

Tínhamos, então, por um lado, o movimento dos idosos, os fóruns, o Conselho Municipal do Idoso, que eram muito frágeis politicamente, mas importantes pela sua abrangência e pela natureza de suas reivindicações, por outro, um setor do segmento com experiência de organização e participação política que poderia encampar a luta do conselho e transformar esse espaço institucional de representação num canal efetivo de organização e luta.

A nossa pergunta nesse momento era: por que os antigos líderes sindicais, com toda sua experiência de ação política, não se interessavam em participar dos conselhos, que são espaços privilegiados de luta?

Buscamos investigar o que tornava tão difícil a participação dos antigos líderes sindicais no Conselho Municipal do Idoso, quais as diferenças políticas e ideológicas que os distanciavam tanto, por que não ampliavam as suas pautas de luta indo além das demandas redistributivistas, lutando também por saúde, educação, lazer, cultura, participação social e política, enfim, a luta por direitos de cidadania.

Tomamos os depoimentos de líderes dos aposentados, dirigentes de associações e da Federação dos Aposentados de São Paulo, pertencentes a entidades ligadas tanto à CUT quanto à Força Sindical, podendo dessa forma conhecer a posição de líderes ligados aos dois importantes campos do sindicalismo brasileiro. Isso porque, mesmo sendo aposentados, têm ligação com as organizações dos trabalhadores da ativa. Realizamos algumas visitas às associações para conhecer sua história, seu funcionamento e suas propostas, de forma a reunir mais elementos para compreender o movimento dos aposentados. As publicações das asso-

ciações e da Federação dos Aposentados também nos ofereceram importantes elementos para maior aproximação do universo desses velhos líderes sindicais. Realizamos uma pesquisa qualitativa, pois julgamos que os depoimentos são um importante meio de coleta de dados da realidade, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que revelam o real vivificado pelos fatos.

Realizamos sete entrevistas, porém trabalhamos com o material de cinco delas, cujos líderes apresentavam o perfil definido.

As entrevistas com os líderes das associações revelaram dados de sua estrutura de organização e de sua prática política que explicitaram claramente a diferença que marca a ação dos conselhos e das associações.

Vê-se claramente que, para cada grupo, colocam-se desafios diferentes e também diferentes possibilidades de intervenção social, dadas pelo nível de compreensão da realidade social e pelas condições objetivas para a prática política.

Há, entre as associações, diferentes concepções da política, das formas de ação como também das competências e responsabilidades de cada ator social. Essas diferenças são determinadas pelas experiências de participação política de cada um, intimamente ligadas à linha adotada pelo sindicato a que pertenciam.

No entanto, existem pontos comuns, que os unificam na definição de suas pautas de luta e na condução das associações.

A concepção de política varia de um para outro, mas a maioria entende que a política desenvolvida nos sindicatos e, agora, nas associações, referia-se à política trabalhista, a questões diretamente ligadas às relações entre capital e trabalho. Parece que os sindicatos não desenvolviam projetos de formação que extrapolassem as questões trabalhistas, remetendo para os partidos políticos e para outras organizações da sociedade civil a tarefa da política estrito senso. Os que não desvinculam a luta sindical da luta política mais ampla, quando detalham as ações dos sindicatos e associações, dão ênfase a pautas de luta no campo da previdência social.

Entendem que as associações são o mais importante mecanismo de representação dos aposentados e que só elas serão capazes de conseguir

modificações no sistema previdenciário. O papel das associações é de se constituir em espaço de organização e luta dos aposentados e pensionistas para garantir direitos previdenciários. As lutas das associações são por reposição de perdas e por garantias de direitos sociais no âmbito da previdência, não havendo propostas que contemplem os velhos em geral. Afirmam que as lutas das associações e de outros órgãos de representação dos aposentados são lutas muito corporativas.

Todos eles consideram os movimentos de terceira idade, e os Conselhos de Idosos como movimentos alienados, desinformados, preocupados em se divertir, sempre tutelados pelo Estado. Há um preconceito em relação ao movimento de terceira idade referenciado em seu caráter sociocultural e de lazer, não reconhecendo as possibilidades abertas aos velhos de vivenciarem experiências de desenvolvimento pessoal, descoberta de uma nova maneira de viver com mais autonomia e liberdade. A maioria deles coloca no mesmo patamar os grupos de convivência, os fóruns e o Conselho, embora nas entrevistas tenham demonstrado ter pouco conhecimento dos conselhos e dos fóruns.

Valorizam profundamente a sua organização formal, as suas estruturas administrativas, não aceitando o modo como os movimentos se organizam, taxando-os de desorganizados e inoperantes.

Fica claro que, para a maioria, a política está estritamente ligada à militância sindical, e a concebem como instrumento de luta no campo das relações sociais de produção, e como aposentados especificamente, como a possibilidade de ampliar as conquistas previdenciárias. A forma como assumem as associações, suas pautas de reivindicações, nos dão conta de que as atividades ali desenvolvidas são como uma extensão da prática sindical e suas ações, suas estratégias de luta, têm como referencial a política sindical na qual foram formados. Quando relatam suas experiências passadas, notamos que se assemelham grandemente com sua prática atual. Têm uma base classista clara e são informados por uma ideologia, que lhes dá o eixo para a ação.

Podemos dizer ainda que a desvalorização da velhice em nossa sociedade, acrescida por um certo cansaço pelos anos vividos e pelas lutas empreendidas, os tornam mais acomodados ao seu espaço de participa-

ção política. Talvez também não se disponham a abrir mão do poder assegurado em suas associações, para lançar-se em novos projetos organizativos nos quais tenham que disputar a liderança e os postos de comando. Em suas associações eles têm identidade, têm significados.

Já os Conselhos, os fóruns, organizam-se de maneira muito mais informal, definem-se a partir de uma identidade coletiva, reivindicam autonomia ante o Estado, buscam a democracia participativa. Reivindicam melhoria da qualidade de vida para todo o segmento, atendimento de saúde, moradia, educação, cultura, lutam contra a discriminação de gênero e raça, temas que não estão incluídos nas pautas dos sindicatos e nas associações de aposentados. Desejam participar da formulação e gestão das políticas públicas, tanto por meio dos canais institucionais com nos espaços informais de organização. Buscam a condição de cidadania plena, em que direitos sociais, civis e políticos se realizem.

É bem verdade que apresentam dificuldades em se organizarem nessa dimensão de prática política, mas é sempre com essa perspectiva e essa temática que desenvolvem sua ação.

Está claro que há uma grande diferença entre os dois grupos. Os Conselhos e fóruns buscam a universalização de direitos, têm pautas mais amplas e talvez mais conectadas com as demandas da sociedade complexa, parecendo, para os dirigentes das associações que não são sérios, que não têm ideologia política e que sua prática é muito aberta e sem compromisso com as questões afetas à relação capital-trabalho.

Agrava mais essa distância o fato de o sistema de proteção social brasileiro ter sob sua responsabilidade a assistência social, o seguro social e a seguridade social, mantidos todos por uma única base previdenciária, que tem seu suporte financeiro na arrecadação da contribuição dos trabalhadores assalariados. Esse sistema deu origem à posição corporativa da classe trabalhadora para garantir privilégios a ela atribuídos pela legislação previdenciária, dificultando a universalização do atendimento. Esse corporativismo é o mesmo que se vê na concepção de organização e luta dos aposentados.

Já os Conselhos e fóruns e outras formas de organização do segmento têm pautas de luta que vão na linha da seguridade social, com

reivindicações que visam a extensão de benefícios a todos os idosos, a universalização da cidadania, além de buscarem a democracia social.

Há também, por parte dos movimentos dos idosos, resistência em participar das associações que julgam muito fechadas e rígidas, com “muita hierarquia”, com desinteresse por coisas do cotidiano que julgam muito importantes.

É muito claro que estão postas duas formas distintas de luta e de compreensão da problemática do envelhecimento.

A importância do movimento dos aposentados é incontestável, em sua história de lutas angariou importantes conquistas para a categoria, mas não tem se preocupado com questões muito atuais e que estão a exigir das organizações dos trabalhadores um tratamento mais amplo para essa nova realidade que a velhice vai impondo.

Parece-me que a forma como o movimento dos idosos se organiza e os temas que coloca em suas demandas, que são temas também encampados pelos Novos Movimentos Sociais, estão mais em consonância com esta sociedade complexa, na qual pouco a pouco o trabalho perde lugar para a liberdade individual e o bem-estar. Esse movimento que luta por qualidade de vida, por cidadania, coloca questões que estão diretamente ligadas ao fenômeno da extensão da vida humana, até muito pouco tempo desconhecido, fenômeno que traz, de repente, um grande contingente de velhos, que viverão longos anos fora do mundo do trabalho e querem vivê-los com qualidade e felicidade. “Trazem a política para o espaço da vida cotidiana, privilegiando a ação direta e buscando a instituição da democracia nas várias instâncias da vida social. Alargam as fronteiras da política” diz Eder Sader.

Um de nossos entrevistados era uma mulher, e ao mesmo tempo em que partilhava os pontos de vista dos demais, manifestava que, nos últimos tempos, percebeu a importância do Conselho e dos fóruns, que de fato a luta das associações é muito corporativa e não se preocupa com as questões mais amplas do envelhecimento, mas que ela vem revendo essa posição.

Já participou das últimas eleições do Conselho Municipal do Idoso elegendo um conselheiro de sua associação, e nas próximas eleições terá

representante de sua associação em todas as regiões de São Paulo. Afirma que a luta sindical prepara mais as pessoas para o exercício da política e por isso advoga a entrada dos líderes das associações nos movimentos mais gerais dos idosos. Ao reconhecer o Conselho como espaço mais importante que a Federação dos Aposentados, faz uma opção política por uma ação de maior abrangência, envolvendo aspectos da cidadania que não estão contidos nas lutas previdenciárias, propondo mudanças não só nas condições materiais de vida dos velhos, mas também nas condições sociais e culturais desse segmento.

Essa mulher que, além do sindicato, participou de um partido político, do movimento de mulheres, movimento por creches, foi capaz de enxergar o cotidiano com mais demandas do que se colocam no campo do capital e trabalho, e, por isso, participando dos fóruns e do conselho, vai aproximando associações dos aposentados e movimento dos idosos. Tem envolvido outras associações, e como ela, nas últimas eleições do conselho, no final de 2001, os químicos e plásticos também apresentaram candidato, mas a associação dos Bancários Aposentados, presididos por ela, elegeu conselheiros nas cinco regiões de São Paulo.

Começa haver uma aproximação dessas duas importantes forças sociais, e acreditamos que está se delineando um Novo Movimento Social dos idosos, capaz de lutar não só pelo seguro social, mas pela seguridade social, única política capaz de garantir os direitos de cidadania.

Nesse período, foi eleita uma nova direção para o Conselho Municipal, que contava com membros de universidades abertas, ex-líderes sindicais, membros do dois sindicatos nacionais de aposentados, idosos dos grupos de convivências profissionais ligados à gerontologia, e foi se delineando na cidade de São Paulo, nos últimos anos, um movimento forte, reivindicativo, com maior clareza da política. Um movimento diferente dos movimentos sociais tradicionais. Um movimento sem corte classista, com membros de diferentes classes sociais, que tem sua identidade coletiva dada pelo processo de envelhecimento brasileiro. Tem sido capaz de colocar a problemática da velhice em nossa cidade. Suas reivindicações são para todos os idosos, não só aposentados, buscando garantir direitos civis sociais e políticos para todos. Luta pela implanta-

ção aplicação da Política Nacional do Idoso, do Estatuto do Idoso, e, em São Paulo, pela Política Municipal do Idoso, que foi construída na Conferência Municipal Idoso no ano 2002. Eram mais de 3.000 idosos na Conferência. Conversavam com Secretários Municipais, chamando-os em audiências públicas, pediam a implantação de programas, participavam de Conselho de Habitação, de Saúde, e, em 2003, eram 101 delegados do Orçamento Participativo na cidade!

O Estatuto do Idoso foi aprovado, várias ações públicas em São Paulo e no país vêm sendo implementadas na linha da prestação de serviços e na criação de redes de proteção aos direitos dos idosos. O Conselho Nacional do Idoso foi reestruturado e hoje é deliberativo. Foi realizada em Brasília a Primeira Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em 2006, com a proposta de criação da Renadi (Rede nacional de proteção e defesa da pessoa idosa), buscando envolver Ministérios e Secretarias no cumprimento da PNI, e, recentemente, o IV Encontro Nacional de Conselhos de Idosos, que referendou as deliberações da Conferência.

É importante destacar que há, em todas essas iniciativas, a fundamental participação de técnicos, entidades, universidades comprometidos com a questão social do envelhecimento e capazes de traduzir e viabilizar ações públicas e privadas que respondam às demandas colocadas pelos idosos. Esse Movimento Social que vai surgindo, mesmo com suas grandes fragilidades, talvez possa responder às demandas postas pela nova organização social, suscitando ações políticas que integrem as várias frentes de luta.

Um movimento mais solidário, mas à medida das necessidades do cotidiano, um movimento de ampliação da cidadania. Penso que estamos vendo a consolidação de um movimento novo, um movimento capaz de colocar questões afetas à vida de todos os idosos, apontar diferenças impostas pelas aposentadorias, os serviços de saúde, a dificuldade ao acesso à cultura e à educação, os aluguéis altos para eles, a falta de respeito no transportes, até mesmo a necessidade de se construir uma outra identidade para os velhos, mostrando ao Estado e à sociedade que podem desempenhar papéis sociais até o fim de suas vidas, sendo produtivos e mais felizes. Participando da política, das universidades abertas, dos grupos de convivência, dos fóruns, dos conselhos e associações de aposentados,

dançando, namorando, viajando, fazendo teatro, canto, artes plásticas, enfim, vivendo a vida plenamente, trazem a política para um novo patamar. Politizam o cotidiano e suas novas demandas. Propõem um novo projeto cultural para a velhice. De fato são um Novo Movimento Social!

Referências

- BEAUVOIR, S. (1990). *A velhice*. 3 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BERQUÓ, E. (1995). *Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da*
- BOSI, E. (1995). *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOURDIEU, P. (1998). *Contrafogos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- IBGE/PNAD. (2000). *Síntese de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro.
- CASTEL, R. (1997). "As transformações da questão social". In: BOGUS, L.; YAZBECK, M.C. e WANDERLEY, M. B. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo, Educ.
- DAGNINO, E. (1994). "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania". In: DAGNINO, E. (org.). *Os anos 90. Política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- DEBERT, G.G. (1998). "A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade". In: BARROS, M. M. L. (org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- (1999). *A reinvenção da velhice*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- FLEURY, S. M. T. (1997). *Estado sin ciudadanos. Seguridad social em América Latina*. Buenos Aires, Lugar.
- GOHN, M. G. M. (1990). Conselhos populares e participação popular. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 34.
- (1997). *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Loyola.
- MELUCCI, A. (1997). "Movimentos sociais e sociedade complexa". In: *Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais*, n. 2, pp.11-63.

- OLIVEIRA, F. (1999). “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. (orgs.). *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Nedic/Fapesp/Vozes.
- SADDER, E. (1988). *Quando os novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SIMÕES, J. A. (1998). “A maior categoria do país: o aposentado como ator político”. In: BARROS M. M. L. de. (org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

Data de recebimento: 10/12/2007; Data de aceite: 15/12/2007.

Maria Alice Nelli Machado – Assistente Social, especialista em Gerontologia Social, mestre em Gerontologia, vice-presidente da Associação Nacional de Gerontologia- ANG. E-mail: marialicemachado@ig.com.br